

A abordagem da Economia Comportamental nos estudos brasileiros da área de Administração: uma revisão sistemática.

WILSON DA SILVA JUNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

FERNANDA CRISTINA DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

A ABORDAGEM DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL NOS ESTUDOS BRASILEIROS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

1. INTRODUÇÃO

A Economia Comportamental (EC) representa um campo de estudo relativamente novo, que surgiu a partir da incorporação de conceitos de diferentes áreas, como Psicologia, Neurociência e outras Ciências Sociais, à Economia, com o argumento de que os agentes econômicos não são racionais em suas escolhas e em suas ações, o que constitui uma crítica à abordagem econômica tradicional (ÁVILA; BIANCHI, 2014). Desse modo, ao longo de sua existência, essa nova abordagem vem se mostrando importante, visto a sua interdisciplinaridade e a sua busca por explicações mais realistas dos comportamentos dos agentes econômicos.

Essa vertente comportamental dos estudos em Economia objetiva entender melhor de que forma e o quanto as características humanas afetam as dinâmicas econômicas. Assim, Thaler (2016, p. 01, tradução nossa)¹ define a Economia Comportamental como um campo que “tenta incorporar ideias de outras ciências sociais, especialmente da psicologia, a fim de enriquecer o modelo econômico padrão”. Nesse sentido, essa perspectiva comportamental, mostra-se de grande utilidade à medida que toma um papel de complemento e de geradora de debates e de reflexões acerca da abordagem tradicional.

Os primeiros estudos em Economia Comportamental datam da década de 1950, pela defesa de modelos cognitivos na área da Economia por autores como Herbert Simon, e da década de 1970, por estudos realizados por psicólogos cognitivos que começaram a estudar o processo de decisão e o comportamento dos agentes. Além disso, importantes trabalhos foram realizados por Daniel Kahneman e Amos Tversky no final da década de 1970, seguidos por Richard Thaler no início da década de 1980 (ÁVILA; AVILA, 2014; THALER, 2016; SUNSTEIN, 2016). Dessa forma, esses acadêmicos são considerados os principais precursores mundiais da EC, sendo responsáveis por importantes bases teóricas da área.

No que se refere especificamente ao contexto brasileiro, conforme levantamento preliminar na plataforma de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), observa-se que os estudos em Economia Comportamental no país vêm sendo publicados a partir de meados dos anos 2000. Tal comportamento vem seguindo um aumento mundial do reconhecimento do campo de pesquisa, o que pode estar associado ao fato de alguns de seus estudiosos terem sido contemplados com o Prêmio Nobel de Economia, como ocorrido com os acadêmicos Simon em 1978, Kahneman em 2002, Shiller em 2013 e Thaler em 2017.

Diante do aumento de popularidade desse campo de estudo, é importante ressaltar o seu uso em diversas linhas do conhecimento. Especificamente, é possível perceber, por meio da leitura de trabalhos como os desenvolvidos por Ávila e Bianchi (2015), Sunstein (2014) e Thaler, Sunstein e Balz (2010), o potencial de uso da Economia Comportamental em subcampos da Administração, como Finanças, Marketing e Gestão Pública. Nesse sentido, como exemplo, tem-se o sub-campo das Finanças Comportamentais, o qual estuda as decisões dos agentes e das organizações, bem como seus vieses em situações de perdas e ganhos no tocante à dicotomia retorno e risco. Outro exemplo, abarcado na área do Marketing, é o estudo de como características pessoais podem influenciar no comportamento e na decisão de compra do consumidor.

¹ “attempts to incorporate insights from other social sciences, especially psychology, in order to enrich the standard economic model”.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

A partir do exposto, nota-se que os estudos relacionados à Economia Comportamental se apresentam como promissores, interdisciplinares e aplicáveis na prática, além de estarem ganhando espaço no cenário brasileiro e, em especial, nas ciências administrativas. Dessa forma, a pergunta que surge dentro desse contexto é: como a abordagem de Economia Comportamental vem sendo utilizada nos estudos nacionais da área de Administração nos últimos 20 anos? Nesse sentido, como forma de responder o questionamento apresentado, esse trabalho objetiva mostrar o estado atual dos trabalhos acadêmicos dentro do recorte definido, indicando suas principais linhas e características, de modo a permitir uma análise mais crítica dos estudos atuais e a identificação de novas oportunidades de pesquisas.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Economia Comportamental

3.1.1. Origem

Tradicionalmente, os estudos em Economia se desenvolveram em uma linha matemática e racional, seguindo um caminho à parte do percorrido pela Psicologia. Nesse viés, de acordo com Mullainathan e Thaler (2000, p. 3, tradução nossa)², “virtualmente todo o comportamento estudado por psicólogos cognitivos e sociais são ignorados ou desconsiderados em um modelo econômico padrão”.

Nesse contexto tradicional da Economia, pode-se citar a **Teoria da Escolha Racional**, a qual “supõe que os agentes humanos têm preferências estáveis e procuram maximizar o comportamento” (ÁVILA; BIANCHI, 2015, p. 27). Também conhecida como “Teoria de Escolha” ou “Teoria da ação racional”, essa abordagem clássica despreza limitações humanas, considerando que as pessoas agem de forma consistente, e é usualmente utilizada na modelagem formal do comportamento Econômico. Dessa forma, o conhecimento e a abordagem econômica tradicionais se mostram como representando agentes calculistas e sem influências de questões comportamentais humanas.

Entretanto, durante a década de 1950, a Economia Comportamental surge com os primeiros estudos acerca do processo de decisão e comportamento dos agentes, especificamente nos trabalhos realizados por Simon (1955, 1957) e por Katona (1951,1953), como apontado por Thaler (2016). Nesse período, o acadêmico Simon apresentou pela primeira vez o termo “**Racionalidade Limitada**”, o qual defende que “a racionalidade é limitada porque existem limites para nossa capacidade de pensar, informações disponíveis e tempo” (SIMON, 1982, apud SAMSON, 2019, p. 166, tradução nossa)³, ou seja, as pessoas nem sempre tomam decisões ótimas, pois estão sujeitas a limites intrínsecos ao ser humano. A partir disso, a “Racionalidade Limitada” mostra-se como um dos principais conceitos na linha da Economia Comportamental, simultaneamente questionando e complementando a preexistente Teoria da Escolha Racional.

Ao longo dos anos, o campo de estudos da EC conquistou mais espaço e aceitação com os importantes trabalhos realizados pelos psicólogos Kahneman e Tversky (1979) e pelo economista Thaler (1980), os quais, além de terem estudado os processos decisórios, identificaram anomalias na teoria econômica tradicional (ÁVILA; AVILA, 2014; THALER,

² “virtually all the behavior studied by cognitive and social psychologists is either ignored or ruled out in a standard economic framework”.

³ “Rationality is bounded because there are limits to our thinking capacity, available information, and time”.

2016). Dentro desses estudos, uma importante contribuição foi dada pela **Teoria da Perspectiva** (ou **Teoria dos Prospectos**), desenvolvida por Kahneman e Tversky em 1979, a qual defende que “existem vieses persistentes motivados por fatores psicológicos que influenciam as escolhas das pessoas sob condições de incerteza” (RICCIARDI; SIMON, 2000, p. 5, tradução nossa)⁴. Desse modo, essa teoria aponta que as pessoas agem com aversão ao risco em situações de perdas ou ganhos financeiros, apresentando tendências a contrariar escolhas identificadas como racionais.

Posteriormente, como apontado por Sunstein (2016), o campo da Economia Comportamental se consolidou na década de 1980, graças ao trabalho realizado por Thaler na exploração de anomalias na teoria econômica padrão. Ademais, a frequência de trabalhos reconhecidos vem aumentando nos últimos 20 anos, como, por exemplo, pela agraciação com Prêmios Nobel de Economia dos acadêmicos Simon em 1978, Kahneman em 2002, Shiller em 2013 e Thaler em 2017. Assim, isso se mostra como forte indicativo de que os estudos nessa linha continuam ganhando mais espaço ainda nos dias atuais.

3.1.2. Conceito

A Economia Comportamental (EC) é uma vertente da Economia na qual são estudadas as influências de diferentes fatores psicológicos e sociais na tomada de decisão e no comportamento dos agentes econômicos. Nesse contexto, segundo Mullainathan e Thaler (2000, p. 2, tradução nossa)⁵, essa área é “a combinação de Psicologia e Economia que investiga o que acontece em mercados nos quais alguns dos agentes exibem complicações e limitações humanas”. Corroborando essas ideias, Angner e Loewenstein (2007, p. 1, tradução nossa)⁶ se referem à Economia Comportamental como “a tentativa de aumentar o poder explicativo e preditivo da teoria econômica ao provê-la com mais fundações psicologicamente plausíveis”. Desse modo, percebe-se que ela possibilita uma perspectiva diferente no campo da Economia, o que permite o surgimento de críticas, debates e complementos às abordagens racionais e matemáticas preexistentes.

Dentro dos conceitos de Economia Comportamental, é importante que sejam destacadas duas questões. A primeira é a **dimensão temporal** do comportamento, que aponta que o ser humano tende a pensar no presente e não é naturalmente bom em prever tendências, percepções de valores e comportamentos futuros. A outra questão é a **dimensão social**, a qual retrata que as pessoas são moldadas pelos ambientes sociais e integradas a eles (ÁVILA; BIANCHI, 2015). Assim, esses conceitos se mostram importantes nos estudos comportamentais, ao passo que indicam vieses nas decisões tomadas pelas pessoas.

Enfim, em adição aos conceitos da Economia Comportamental, é interessante ressaltar que esse campo não surge para descartar as abordagens econômicas racionais utilizadas tradicionalmente, mas questionar alguns pontos e complementar o entendimento das dinâmicas econômicas. Nessa linha, outra teoria encontrada na linha da EC é a **Teoria do Sistema Dual**, a qual contrasta duas formas de tomada de decisão nas pessoas. A primeira forma (sistema 1) consiste em processos de pensamento intuitivos, automáticos e inconscientes; já a segunda (sistema 2) consiste em processos de pensamento reflexivos, controlados e analíticos (ÁVILA; BIANCHI, 2015). Essa teoria corrobora, então, a ideia de

⁴ “there are persistent biases motivated by psychological factors that influence people’s choices under conditions of uncertainty”.

⁵ “the combination of psychology and economics that investigates what happens in markets in which some of the agents display human limitations and complications”.

⁶ “the attempt to increase the explanatory and predictive power of economic theory by providing it with more psychologically plausible foundations”.

que ambas as abordagens, comportamental e racional, dos estudos econômicos se complementem, na busca de um melhor entendimento das tomadas de decisões dos agentes econômicos.

Além de buscar tornar os modelos econômicos mais concordantes com a realidade, a Economia Comportamental e seus conceitos, dentro de sua interdisciplinaridade, apresentam diversas aplicações práticas. No guia “The Behavioral Economics Guide 2019”, alguns dos exemplos de aplicações mostrados por Samson (2019) vão desde a utilização de conceitos da Economia Comportamental em Investimentos Bancários até a utilização em questões de Igualdade de Gênero e de Comportamentos pró-ambientais. Logo, a gama de aplicações já se mostra vasta, apesar da EC ser um campo de estudo relativamente novo.

3.2. Economia Comportamental e Ciências Administrativas

A partir da consulta a documentos como o Guia de Economia Comportamental e Experimental (ÁVILA; BIANCHI, 2015) e o The Behavioral Economics Guide 2019 (SAMSON, 2019), além da leitura de artigos coletados nas plataformas Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SSRN (Social Science Research Network), constata-se a recorrência de conceitos de Economia Comportamental nas subáreas administrativas de Finanças, de Marketing e de Administração Pública. Desse modo, mostra-se importante uma explanação dessas três linhas de estudos previamente identificadas.

Em primeiro lugar, as **Finanças Comportamentais** surgem da ideia de que questões psicológicas e sociais são importantes fatores que determinam as decisões de compra, venda e investimentos em situações de risco (HALFELD; TORRES, 2001). Nesse sentido, utiliza-se a Teoria da Perspectiva para apontar que as decisões dos agentes são enviesadas e interferem diretamente nos mercados financeiros, os quais passam a ser considerados não eficientes, diferentemente do que se defende nos estudos tradicionais em Finanças (ÁVILA; BIANCHI, 2015). Assim, entende-se que as Finanças Comportamentais possibilitam a busca por previsões mais complexas no que tange os mercados financeiros, permitindo que os profissionais desse campo estejam mais preparados para lidar com possíveis anomalias.

Em segundo lugar, tem-se a aplicação de conceitos da Economia Comportamental no **Marketing**. Nesse âmbito, Ávila e Bianchi (2015, p. 135) apontam que a decisão do agente, no papel de consumidor, não ocorre de forma sistemática, visto que diferenciados fatores “podem exercer uma poderosa influência sobre as escolhas e o consumo”, e Kotler (2016) aponta que se economistas se direcionam a estudar as escolhas de tais agentes, eles necessitam abordar o Marketing. Desse modo, ao serem utilizados conceitos relativos à Economia Comportamental, os profissionais de Marketing podem buscar um maior entendimento dos processos decisórios e dos fatores que determinam as escolhas dos consumidores, podendo traçar estratégias que permitam alcançar os públicos alvos de maneiras mais eficientes.

Dentro dessa linha, Ávila e Bianchi (2015, p 135) ressaltam que “muitos profissionais de marketing, por exemplo, estão habituados com o conceito de Nudge”, uma prática reconhecida no âmbito da Economia Comportamental. Os **Nudges**, no plural, são definidos por Sunstein (2014, p. 1, tradução nossa)⁷, como sendo “abordagens preservativas de liberdade que conduzem as pessoas em direções particulares, mas que também os permitem seguir seus próprios caminhos”, ou seja, são pequenas e sutis influências, induções e encorajamentos. Alguns exemplos de Nudges são as configurações padrões em computadores e celulares, o caminho fornecido pelo GPS e os avisos em embalagens de cigarros, os quais direcionam o comportamento das pessoas, mas sem realizar imposições (SUNSTEIN, 2014).

⁷ “liberty-preserving approaches that steer people in particular directions, but that also allow them to go their own way”.

Por último, cita-se a utilização da Economia Comportamental no âmbito da **Administração Pública**. Ao admitir que as pessoas não tomem as decisões de maneira racional, como é feito na EC, os governos podem se empenhar em desenvolver políticas públicas mais eficientes. Assim, como apontado por Thaler, Sunstein e Balz (2010), os chamados arquitetos de escolhas, que são aqueles que criam ambientes em que escolhas serão realizadas, têm a habilidade de “construir Nudges em uma tentativa de mover pessoas em direções que tornarão suas vidas melhores” (THALER; SUNSTEIN; BALZ, 2010, p. 4, tradução nossa)⁸. Dessa forma, essa ideia de arquitetar escolhas pode ser implementada no ciclo de políticas públicas, de forma que os seus atores implementadores considerem mais o comportamento da sociedade e busquem melhores respostas aos problemas identificados no âmbito público.

4. METODOLOGIA

O presente estudo é classificado como Revisão Sistemática descritiva com análise quantitativa, de modo que tem por objetivo realizar “um sumário de pesquisas passadas” (BOTELHO; CUNHA, 2011, p. 128) concernentes a um problema determinado. Segundo Gomes e Caminha (2014, p. 396), a Revisão Sistemática é importante para “acompanhar o curso científico de um período específico, chegando ao seu ápice na descoberta de lacunas e de direcionamentos viáveis para a elucidação de temas pertinentes”. Tendo em vista o objetivo desse trabalho, utilizou-se para a realização da revisão sistemática proposta o modelo estabelecido pelo Instituto Cochrane (Cochrane Handbook), enriquecido por pontos do modelo do National Health Service – NHS (Centre for Reviews and Dissemination, University of York), ambos recomendados por Gomes e Caminha (2014), em seu guia para estudos de revisão sistemática.

No guia, é mostrado que o Instituto Cochrane estabelece sete passos para a realização da revisão sistemática, sendo eles: (1) Formulação da pergunta, (2) Localização e seleção dos estudos (3) Avaliação crítica dos estudos (4) Coleta de dados, (5) Análise e apresentação dos dados, (6) Interpretação dos dados e (7) Aprimoramento e atualização da revisão (HIGGINS; GREEN, 2011 apud GOMES; CAMINHA, 2014). Dessa forma, para a sistematização do trabalho, os sete passos são aplicados a seguir.

(1) Formulação da pergunta

Os estudos na área de Economia Comportamental são relativamente recentes, assim como os estudos em Administração que utilizam de suas abordagens. Desse modo, percebe-se a importância de uma sumarização e sintetização dos trabalhos acadêmicos existentes, de forma a permitir uma visualização objetiva do que já se tem produzido sobre o assunto na literatura, bem como permitir a identificação de possíveis oportunidades/lacunas que possam conduzir a uma agenda de pesquisa. Desse modo, buscou-se responder ao seguinte questionamento: como a abordagem de Economia Comportamental vem sendo utilizada nos estudos nacionais da área de Administração nos últimos 20 anos?

(2) Localização e seleção dos estudos

A seleção inicial de artigos foi realizada por meio do **Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, a partir do **acesso café** ao conteúdo disponível para a instituição Universidade Federal de Viçosa – UFV. A pesquisa

⁸ “construct nudges in na attempt to move people in directions that will make their lives better”.

foi realizada nas **bases de dados** indexadas do portal e o termo (ou palavra-chave) de busca foi determinado como “**Economia comportamental**”. Nesse sentido, foi definida a busca pelo termo unificado, sem a separação das palavras “Economia” e “comportamental”, além de realizada a escolha de não utilização da variação do termo de busca em língua inglesa, devido ao interesse no uso da abordagem nos estudos brasileiros. A partir disso, a busca foi refinada por:

- Intervalo Temporal: **2000 a maio de 2020**;
- Tipo de recurso: **artigos**;
- **Periódicos revisados por pares**.

Dessa forma, foram obtidos 68 artigos por meio da coleta realizada até **27/05/2020**, os quais foram avaliados na etapa seguinte para a seleção final dos artigos para a análise.

(3) Avaliação crítica dos estudos

Na avaliação crítica, duas etapas de triagem foram realizadas sobre a amostra de artigos obtida, sendo a primeira (A) realizada considerando os títulos dos artigos e a segunda (B) considerando os resumos, com o objetivo de incluir ou excluir artigos para a análise, de acordo com os seguintes critérios:

- **Critérios de inclusão:** (i) Artigos de Administração, (ii) Artigos provenientes de instituições/pesquisadores brasileiros e (iii) Artigos de periódicos com classificação A ou B (Qualis);
- **Critérios de exclusão:** (i) Artigos de outras áreas, (ii) Artigos provenientes de instituições/pesquisadores estrangeiros, (iii) Artigos de periódicos com classificação diferente de A ou B (Qualis), (iv) Artigos de revisão e (v) Editoriais e demais textos inadequados à análise proposta;

Na aplicação da metodologia da Revisão Sistemática, “ressalta-se a obrigatoriedade de exclusão de artigos de revisão” (GOMES; CAMINHA, 2014, p. 404) e, depois da avaliação crítica, devem restar apenas os estudos confiáveis, tendo em vista o objetivo da revisão proposta. Desse modo, ao ser realizada a triagem dos 68 artigos coletados, durante a avaliação por títulos (A), 16 trabalhos foram excluídos, restando um total de 52 artigos. Em seguida, durante a avaliação por resumos (B), 24 trabalhos foram excluídos, restando um total de **28 artigos** para as análises da revisão sistemática.

(4) Coleta de dados

Durante esta etapa, são levantadas nos artigos todas as variáveis consideradas pertinentes ao objetivo da revisão. Dessa forma, foram determinadas as seguintes variáveis para investigação:

- a) Caracterização dos estudos: ano da publicação, periódico de publicação, título do artigo, autores, instituição dos autores e estado da instituição dos autores;
- b) Temas trabalhados: área/setor pesquisado da Administração e objetivo ou problema de pesquisa do estudo;
- c) Teorias utilizadas: teorias/conceitos de Economia Comportamental utilizados;

- d) Metodologias: Classificação quanto à natureza do estudo, classificação quanto aos objetivos do estudo, coleta dos dados e análise dos dados.

(5) Análise e apresentação dos dados

A partir da coleta dos dados dos artigos, são realizados agrupamentos para as análises e a obtenção das conclusões finais. Assim, foram determinados os seguintes agrupamentos:

- a) Caracterização dos estudos: ano da publicação, periódico de publicação, autores e estados e instituições dos autores.
- b) Temas trabalhados: área/setor da Administração;
- c) Teorias utilizadas: teorias/conceitos de Economia Comportamental utilizados.
- d) Metodologias: Classificação quanto à natureza do estudo, classificação quanto ao objetivo do estudo, coleta dos dados e análise dos dados.

(6) Interpretação dos dados

De acordo com o método proposto pelo instituto Cochrane, como abordado por Gomes e Caminha (2014), a fase de interpretação dos dados deve responder à questão de pesquisa determinada no primeiro passo. Logo, essa etapa, com o desenrolar das análises, interpretações e conclusões, é apresentada nos **Resultados** desse trabalho.

(7) Aprimoramento e atualização da revisão

Como indicado por Gomes e Caminha (2014, p. 405), “um esforço final é feito na direção de manter a revisão sistemática atualizada de acordo com o surgimento de novas pesquisas sobre o tema”. Esse passo permite, então, a futura continuidade do trabalho, assim como o acompanhamento do problema de pesquisa apresentado.

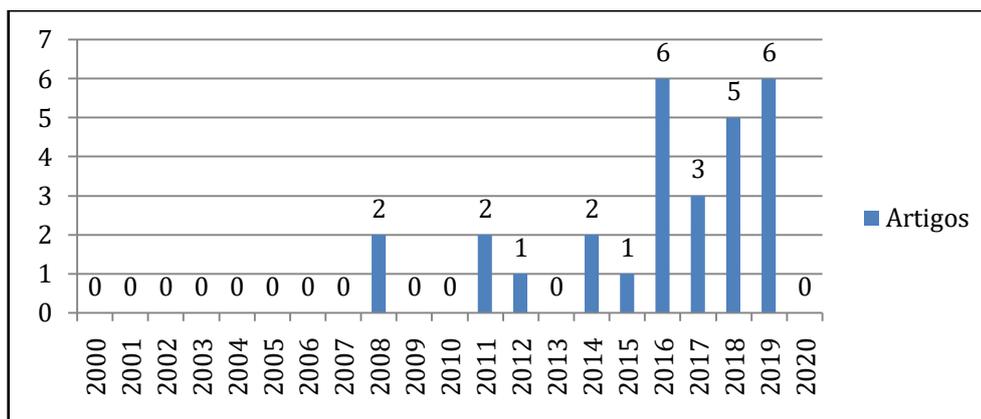
5. DISCUSSÃO

5.1. Caracterização dos estudos

a) Ano da publicação

Na **Figura 1** apresenta-se o número de artigos publicados por ano no intervalo de 2000 a 2020. A partir dela, é possível visualizar um crescimento na frequência da produção, sendo importante notar que entre 2011 e 2015, a produção foi de 6 artigos (21,43%), e entre 2016 e 2020, a produção foi de 20 artigos (71,43%). Assim, esse resultado mostra que os estudos no contexto analisado vêm ganhando cada vez mais popularidade no Brasil, principalmente após o ano de 2010, corroborando as ideias apresentadas no aporte teórico desse trabalho. Nessa análise, é relevante ressaltar que possíveis artigos publicados posteriormente à data de coleta (27/05/2020) não foram contemplados, revelando a não publicação de artigos nesse ano até a respectiva data.

Figura 1 - Artigos publicados por ano



Fonte: Elaboração própria (2020).

b) Periódico de Publicação

No **Quadro 1** apresenta-se o número de artigos por periódico, com respectivas classificações (Qualis). A partir das análises, foi possível verificar que apenas quatro periódicos apresentaram dois ou mais artigos publicados dentro do contexto desse trabalho, representando juntos um total de 10 artigos (35,71% do total), sendo eles a Revista de Administração Contemporânea (RAC), com quatro artigos, e os periódicos Revista Brasileira de Marketing, Revista Brasileira de Políticas Públicas e FACES, com dois artigos publicados em cada. Já em relação às classificações (Qualis), a maior parte das publicações se concentra em periódicos avaliados como A2, B1 e B2, com uma soma de 20 artigos publicados (71,43% do total), sendo que sete deles estão em periódicos A2 (25% do total). Esses resultados mostram uma concentração de publicações em um número pequeno de periódicos e também revelam que grande parte da amostra de artigos foi avaliada no ambiente acadêmico brasileiro como sendo de qualidade, dados os estratos dos periódicos.

Quadro 1 - Periódico de publicação

Periódico	Qualis						Total
	A2	B1	B2	B3	B4	B5	
Brazilian Business Review	1						1
Caderno Profissional de Marketing				1			1
FACES - FACE/FUMEC (2012: B1) (2016: B2)		1	1				2
Future Studies Research Journal			1				1
Pan American Journal of Public Health		1					1
Quaestio Iuris					1		1
Revista de Economia Contemporânea - REC		1					1
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa			1				1
Revista Brasileira de Marketing		2					2
Revista Brasileira de Políticas Públicas				2			2
Revista Controle					1		1
Revista de Administração - RAUSP	1						1
Revista de Administração Contemporânea - RAC	4						4
Revista de Administração de Empresas - RAE	1						1
Revista de Administração Mackenzie - RAM		1					1
Revista de Ciências da Administração		1					1
Revista de Estudos Sociais				1			1
Revista de Gestão e Secretariado			1				1

Revista de Gestão USP			1				1
Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios				1			1
Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE			1				1
Textos de Economia						1	1
Total	7	7	6	5	2	1	28

Fonte: Elaboração própria (2020).

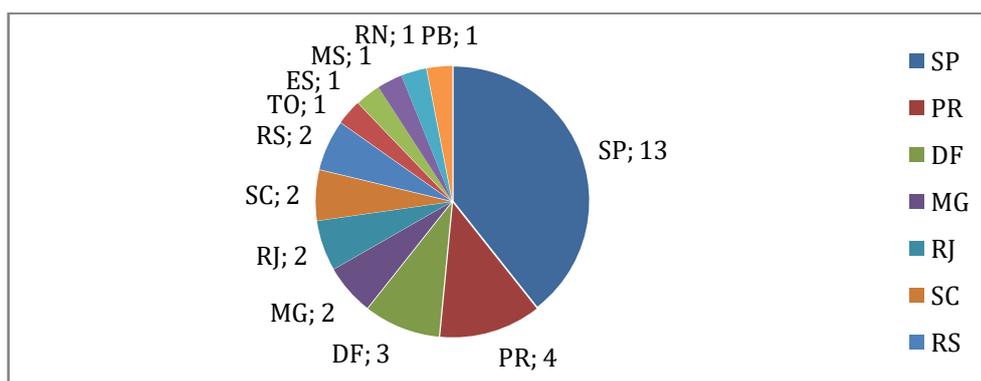
c) Autores

No que se refere à autoria dos estudos analisados, foram consideradas todas as contribuições individuais nos trabalhos, totalizando 71 contribuições nos 28 artigos. Nesse sentido, não foi identificada nenhuma repetição de autoria, ou seja, cada pesquisador assinou apenas um trabalho. Além disso, no contexto dessa pesquisa, não ocorreu concentração do conhecimento e da produção científica em autores específicos, o que pode indicar que ainda não há especialistas e agendas de pesquisas já estabelecidos.

d) Estados e instituições dos autores

Na **Figura 2** mostram-se os estados das instituições das quais os autores dos artigos fazem parte. Foi considerado que um artigo pode ser proveniente de diferentes estados quando os autores são de instituições de estados diferentes, entretanto, quando houve mais de um autor proveniente do mesmo estado em um mesmo artigo, foi contabilizada apenas uma contribuição do respectivo estado. Dessa forma, foi identificado que o estado de São Paulo apresenta o maior número de contribuições, com um nível consideravelmente maior que os demais, representando 39,39% das contribuições totais. Dentro dessa análise, é interessante notar que mais da metade de todas as contribuições (54,54%) é proveniente apenas da região Sudeste, visto que os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentam juntos um total de 18 das 33 participações, como observado no gráfico abaixo.

Figura 2 - Artigos por estado de origem

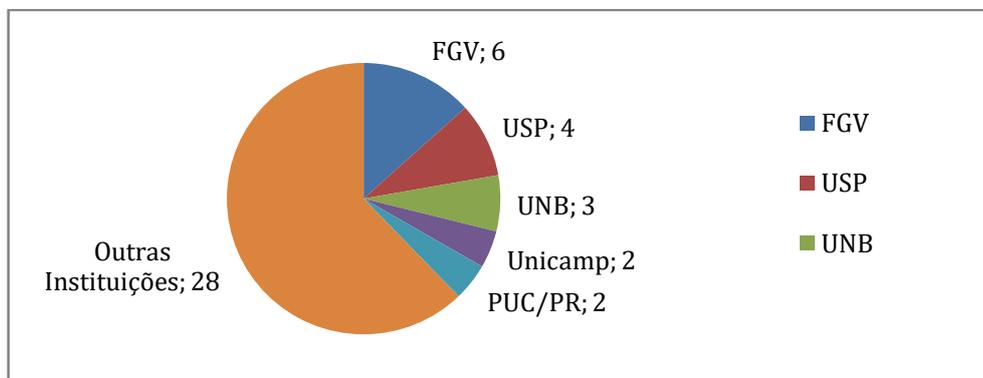


Fonte: Elaboração própria (2020).

Em seguida, na **Figura 3**, tem-se a discriminação das contribuições por instituição de origem. Nesse caso, foi definido que um artigo pode ser proveniente de diferentes instituições, porém, cada instituição contabiliza no máximo uma contribuição por trabalho. Assim, apenas cinco instituições apresentam participação em mais de um estudo, sendo que juntas abarcam 38% do total, com 17 das 45 contribuições. Dentre elas, nota-se uma maior participação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo responsável por 13% do total e da Universidade de São Paulo (USP), com 9% do total. Esses resultados evidenciam o porquê do estado de São Paulo concentrar a maior parte das contribuições, como mostrado anteriormente, com importante parte da geração de conhecimento concentrada em algumas de suas instituições

como a FGV, a USP e a Unicamp.

Figura 3 - Artigos por instituição de origem



Fonte: Elaboração própria (2020).

5.2. Temas trabalhados

a) Área/Setor da Administração

Na **Figura 4** representa-se a divisão dos 28 artigos analisados em áreas de conhecimento da Administração. Nesse sentido, foram identificados trabalhos nas áreas de Finanças, de Administração Pública, de Gestão, de Marketing e de Ensino de Administração.

Em um primeiro ponto, a área com maior número de trabalhos identificados é a de Finanças, com nove artigos (32,14%). Esse resultado vai de acordo com a percepção proveniente da literatura de que o campo conhecido como Finanças Comportamentais é um dos mais consolidados no contexto da Economia Comportamental. Percebe-se também que todos os trabalhos em Finanças Comportamentais apresentam natureza empírica, o que deve-se ao fato de que esse campo usualmente utiliza de coleta de dados por questionários para avaliar decisões financeiras dos agentes, assim como no estudo seminal de Kahneman e Tversky (1979), o qual avaliou aversão ao risco das pessoas em situações de perdas ou ganhos de financeiros.

Com o segundo maior número de artigos identificados, o campo de Administração Pública aparece com oito artigos, representando 28,57% do total. Nesse sentido, os artigos contemplam políticas de combate ao crime e à corrupção, políticas de promoção à saúde pública e políticas relacionadas à gestão pública. Além disso, é possível identificar nos trabalhos recorrências de interseções com o campo do Direito.

Em terceiro lugar, apresentando seis artigos identificados (21,43%), encontram-se os trabalhos relacionados à Gestão. Nesse caso, os artigos abordam questões relacionadas à liderança e à tomada de decisões gerenciais e corporativas, estudando questões inerentes à Economia Comportamental em contextos empresariais.

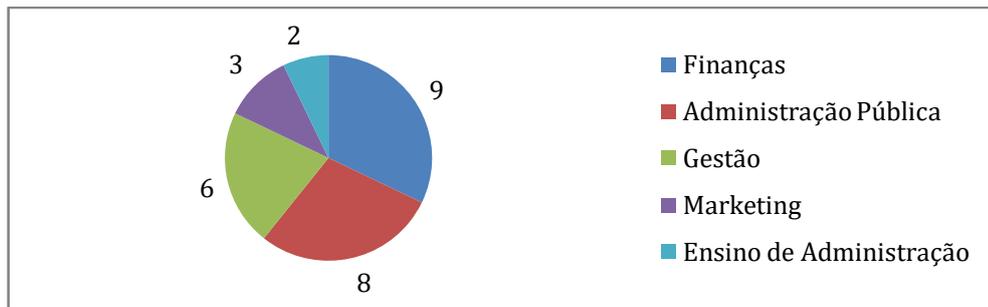
Posteriormente, abarcando três artigos (10,71%), tem-se a área do Marketing. Nessa linha, os estudos expõem questões no âmbito comercial e de consumo, bem como pontos relacionados ao Neuromarketing, abordando conceitos da Economia Comportamental para avaliar questões como a ética e os estilos de vida e escolhas dos consumidores.

Por último, foram identificados dois estudos relacionados ao Ensino de Administração, os quais consolidam 7,14% do total de artigos. Nesse contexto, dentro de um dos ensaios, foi avaliado um método de ensino de empreendedorismo e no outro foi estudada a utilização dos jogos de empresas em ambientes laboratoriais para pesquisas.

Vale ressaltar, ainda, que não foi verificado o uso de abordagens da Economia

Comportamental em outras diferentes áreas funcionais ou linhas de estudo em Administração. Entretanto, pôde ser percebida, de forma bem clara, a interdisciplinaridade dos estudos analisados no que se refere a outras ciências, de forma que os artigos pesquisados perpassam, com frequência, as áreas do Direito, da Contabilidade, da Psicologia, das Ciências Sociais, da Economia em si e até a área de estudos da Saúde, o que corrobora com o levantamento realizado durante as leituras prévias e apontado no referencial teórico.

Figura 4 - Artigos por área da Administração



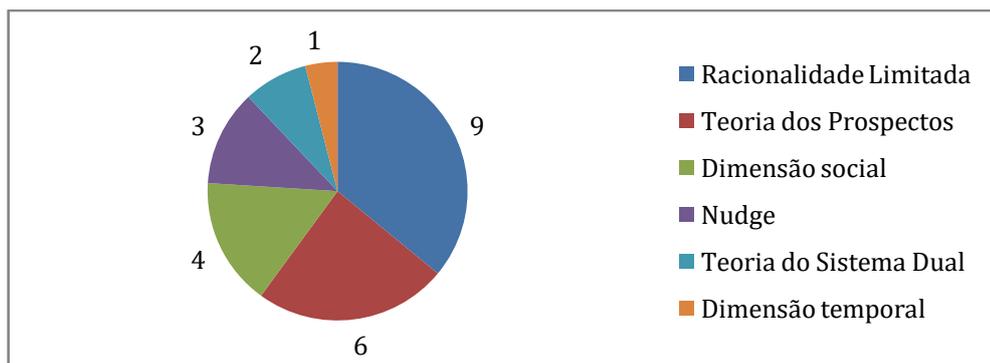
Fonte: Elaboração própria (2020).

5.3. Teorias utilizadas

a) Teorias/Conceitos de Economia Comportamental utilizados

Dentre os 28 artigos analisados, foram identificados 17 que utilizaram ou se basearam nos conceitos da Economia Comportamental abordados no aporte teórico, apresentando, então, 25 recorrências encontradas dentro deles. Por outro lado, os outros 11 artigos abordaram a Economia Comportamental de forma mais geral, apontando origens, explicando características do comportamento do agente e discorrendo sobre atributos/aspectos do campo de pesquisa. Na **Figura 5** apresentam-se as 25 recorrências de teorias e de conceitos encontrados nos 17 artigos. Desse modo, pode-se notar que o conceito de Racionalidade Limitada foi o mais recorrente, sendo abordado em nove artigos (36% do total de recorrências), o que se deve ao fato desse conceito ser uma das bases da Economia Comportamental, como apontado no aporte teórico dessa pesquisa ao citar o trabalho realizado por Simon na década de 1950. Logo, tem-se a Teoria dos Prospectos, com recorrência em seis artigos (24%), a qual também é considerada uma das bases da Economia Comportamental e das Finanças Comportamentais. As outras teorias e conceitos também foram contemplados, como pode ser visto a seguir.

Figura 5 - Recorrência de Teorias/Conceitos de EC



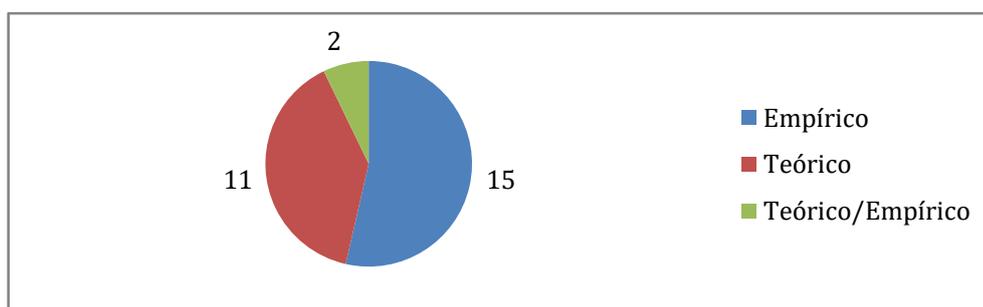
Fonte: Elaboração própria (2020).

5.4. Metodologias

a) Classificação quanto à natureza e ao objetivo

Quanto à natureza dos estudos, os trabalhos foram divididos em Empíricos, Teóricos e Mistos (Teóricos/Empíricos), como mostrados na **Figura 6**. Logo, dentre os 28 artigos analisados, tem-se 15 pesquisas Empíricas (53,57%), 11 Teóricas (39,29%), e apenas duas pesquisas de natureza mista (7,14%). Além disso, foi identificado que a maior parte dos estudos empíricos é na área de Finanças, visto que 9 dos 15 pertencem a ela. Já a maior parte dos estudos teóricos é na área de Administração Pública, com 7 dos 11 trabalhos (63,64%).

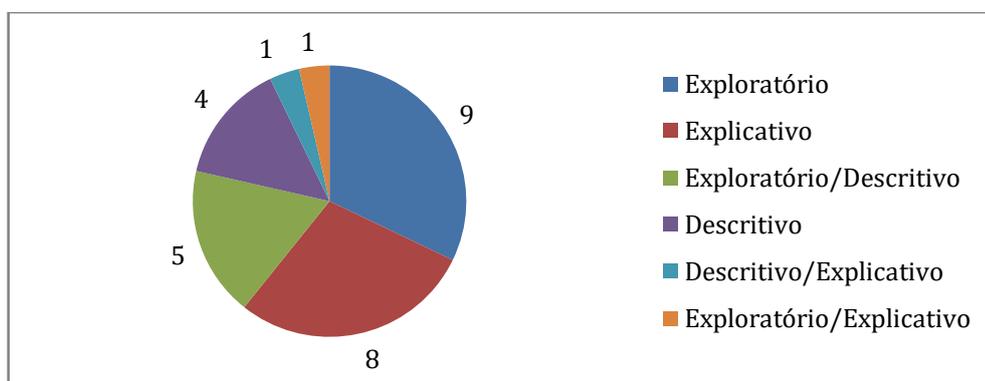
Figura 6 - Classificação dos estudos quanto à natureza



Fonte: Elaboração própria (2020).

Na **Figura 7** apresentam-se a classificações dos estudos quanto aos objetivos. Como apontado por Gil (2002, p. 41-42), de forma resumida, as pesquisas exploratórias visam “maior familiaridade com o problema”, as descritivas a “descrição das características de determinada população ou fenômeno”, e as explicativas objetivam “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Assim, os estudos de cunho Exploratório foram os mais recorrentes, uma vez que apresentaram nove artigos (32,14%) dentre os 28 analisados, seguidos por oito trabalhos de cunho Explicativo (28,57%) e por 5 trabalhos de cunho Exploratório/Descritivo (17,86%).

Figura 7 - Classificação dos estudos quanto aos objetivos



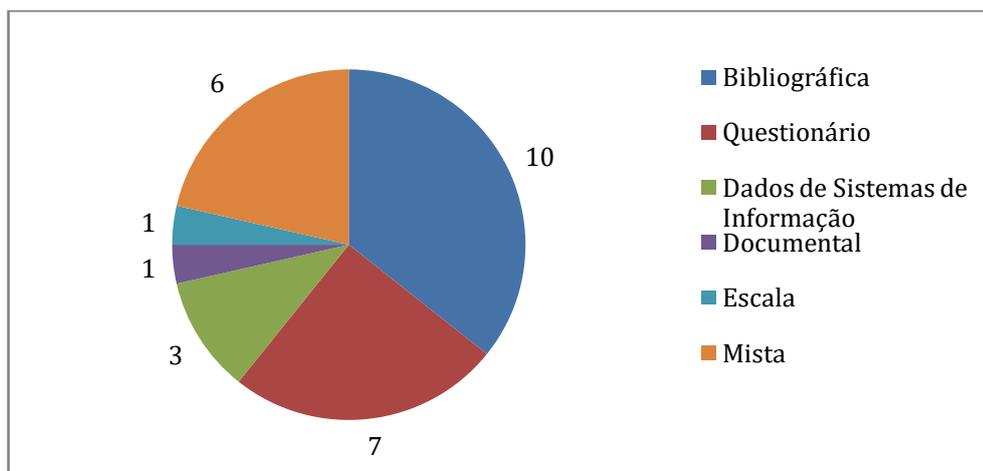
Fonte: Elaboração própria (2020).

b) Coleta dos dados

Como mostrado na **Figura 8**, a coleta Bibliográfica foi realizada em 10 dos 28 artigos

(35,71%), seguida pela coleta por meio de Questionário em sete trabalhos (25%). Em terceiro lugar, encontra-se a coleta por meio de Sistemas de Informação em três artigos (10,71%), nos quais elas foram realizadas tanto por meio de Sistemas de Informações Gerenciais quanto por fontes de dados em plataformas online. Ademais, verifica-se em seis artigos (21,43%) a utilização de fontes de dados mistas, nos quais foram utilizados ao menos dois dos demais meios de coleta de dados de forma simultânea. Nesse ponto é interessante apontar que cinco dos 10 artigos que utilizaram de coleta bibliográfica são de estudos na área de Administração Pública. Quatro dos sete que realizaram coleta por questionário, e três dos seis que usaram coleta de dados mista (utilizando, entre elas, coleta por questionários) são da área de Finanças.

Figura 8 - Coleta dos dados

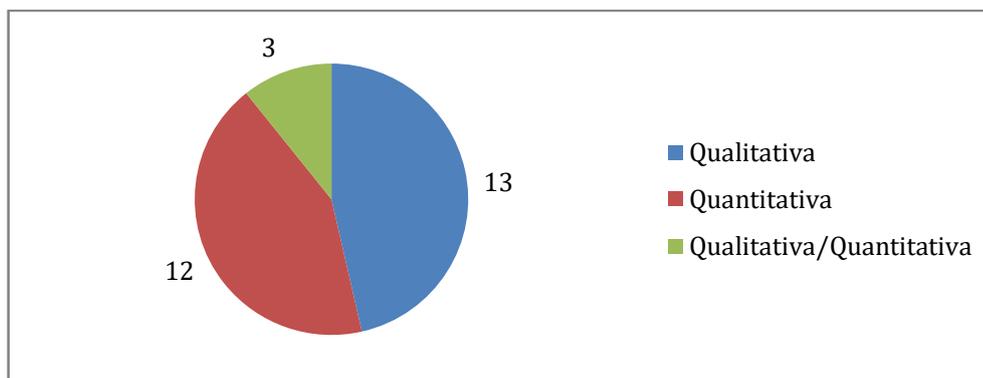


Fonte: Elaboração própria (2020).

c) Análise dos dados

Na **Figura 9** observa-se que, dos 28 trabalhos, 13 foram realizados com análise qualitativa (46,43%), 12 quantitativa (42,86%) e três com as duas abordagens (10,71%). Apesar de não haver predominância de determinada abordagem na análise geral, identificou-se predominância de acordo com a área da Administração estudada, como nos estudos em Finanças, nos quais seis de nove estudos (**Figura 4**) foram quantitativos, dois quali-quantitativos e apenas um qualitativo. Já no caso dos estudos em Administração Pública, sete dos oito trabalhos identificados (**Figura 4**) foram qualitativos e apenas um quantitativo.

Figura 9 - Análise dos dados



Fonte: Elaboração própria (2020).

6. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi de sumarizar e entender melhor a produção acadêmica de artigos na área de Administração que abordam a Economia Comportamental no contexto brasileiro entre os anos de 2000 e 2020. Nesse sentido, os resultados evidenciaram que os estudos no contexto definido vêm ganhando mais popularidade nos últimos anos, especialmente após o ano de 2015. Os resultados também revelaram que houve concentração de publicações em poucos periódicos, sendo eles reconhecidos pela boa qualidade (Qualis), além de serem provenientes, em sua maioria, da região Sudeste, e de um número pequeno de estados, como São Paulo e Paraná.

Em relação à autoria dos artigos analisados, cada pesquisador foi responsável pela contribuição em apenas um dos 28 estudos. Esse resultado indica que não há agendas de pesquisa consolidadas dentro dos recortes analisados, apontando para a existência de uma lacuna nos estudos em Administração que abarcam a Economia Comportamental, o que pode ser visto como oportunidade para novos desenvolvimentos nessa área.

O estudo também mostrou que as pesquisas se concentram nas áreas de Finanças e de Administração Pública, com alguns artigos também identificados nas áreas de Marketing, de Gestão e de Ensino. Por outro lado, não foram identificados trabalhos em demais áreas das ciências administrativas, como, por exemplo, Gestão de Pessoas, Administração da Produção e Empreendedorismo e Inovação. A partir dessa constatação, é possível pensar em diferentes pesquisas nesses demais campos, como uma utilização de abordagens da Economia Comportamental na área de Gestão de Pessoas ou a verificação de possíveis interseções entre conceitos específicos dos dois campos. Outras abordagens poderiam vir a partir de estudos que utilizem da característica de interdisciplinaridade da Economia Comportamental, abrangendo de forma simultânea dois ou mais subcampos de Administração.

Em relação aos conceitos e teorias abordados nos artigos analisados, o resultado mostrou que há maior aporte de bases da Economia Comportamental, como a Racionalidade Limitada e a Teoria dos Prospectos. Ademais, em menor número, foram identificadas recorrências dos conceitos de Nudges, Teoria do Sistema Dual e da dimensão social e temporal do comportamento do agente.

Quanto aos aspectos metodológicos, não foram identificadas concentrações de determinadas metodologias no que tange à amostra como um todo. Entretanto, constatou-se que área de Finanças apresentou estudos mais empíricos, utilizando mais frequentemente de coleta de dados por meio de questionários, e que a área de Administração Pública apresentou estudos mais teóricos, com mais frequência do uso de coletas bibliográficas.

Um limite desse trabalho é o pequeno número de artigos analisados, o que ocorreu pelo fato de ter sido utilizado apenas um termo de busca na pesquisa realizada na plataforma de periódicos, pois a utilização de outras variações de palavras-chave tornaria a realização do trabalho inviável no que se refere à sua operacionalização e à abrangência do estudo. Em relação a trabalhos futuros, sugere-se a utilização de variados termos de busca relacionados ao tema, assim como a análise de estudos apresentados em eventos da área de Administração e a coleta de pesquisas em bases de dados restritas e/ou internacionais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGNER, Erik; LOEWENSTEIN, George F. **Behavioral Economics**. 2007. HANDBOOK OF THE PHILOSOPHY OF SCIENCE: PHILOSOPHY OF ECONOMIC. Amsterdam: Elsevier, p. 641-690, 2012.

ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. **Economia Comportamental: O que é?**. 2014.

Disponível em: <<http://www.economiacomportamental.org/o-que-e/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ÁVILA, Flávia; AVILA, Marcos. **Economia Comportamental: Como e Quando Surgiu?**. 2014. Disponível em: <<http://www.economiacomportamental.org/como-e-quando-surgiu/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. 1. ed. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. 400 p.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O Método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai./ago. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitán de Oliveira. **Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano**. Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 395-411, jan./mar. 2014.

HALFELD, Mauro; TORRES, Fábio de Freitas Leitão. **Finanças Comportamentais: aplicações no contexto brasileiro**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 64-71, abr./jun. 2001.

KOTLER, Philip. **Why Behavioral Economics Is Really Marketing Science**. 2016. Disponível em: <<https://economics.com/behavioraleconomics-neglect-marketing/>>. Acesso em: 14 mai. 2020

MULLAINATHAN, Sendhil; THALER, Richard H. **Behavioral Economics**. 2000. MIT Dept. of Economics Working Paper, n. 00-27.

RICCIARDI, Victor; SIMON, Helen K., **What is Behavioral Finance?**. Business, Education & Technology Journal, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2000.

SAMSON, Alain. **The Behavioral Economics Guide 2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.behavioraleconomics.com>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SUNSTEIN, Cass R. **Nudging: A Very Short Guide**. 2014.

SUNSTEIN, Cass R. **The Rise of Behavioral Economics: Richard Thaler's 'Misbehaving'**. 2016. Harvard Public Law Working Paper, n. 16-01.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R; BALZ, John P. **Choice Architecture**. 2010.

THALER, Richard H. **Behavioral Economics: Past, Present and Future**. 2016.